

ATUAÇÃO DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CASTANHAL-PA

Jade Gomes Costa ¹
Débora Alfaia da Cunha ²

RESUMO

O presente artigo se originou de um relato de experiência de um estágio não obrigatório realizado na Coordenadoria de Educação Especial - CEES, da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, na cidade de Castanhal, no nordeste do Estado do Pará, tendo como objetivo relatar de que forma ocorre a inclusão de crianças com deficiência nas escolas da rede municipal na cidade de Castanhal-PA. O estudo se justifica pela crescente demanda de matrículas na modalidade de Educação Especial no referido município. De acordo com as observações realizadas durante o estágio, é perceptível a efetividade da equipe presente na CEES, responsável pela inclusão, outrossim, visto que dificuldades sempre estarão presentes, é notável a constante busca por novas e melhores metodologias de se realizar o trabalho necessário para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma inclusiva para o público da educação especial. Através de pesquisas realizadas nas legislações municipais nota-se o comprometimento da CEES de seguir tudo que lhe é imposto legalmente, sendo composta por uma equipe multidisciplinar que inclui pedagogos, professores de educação especial, tradutores e intérpretes de libras, professores bilíngues, psicólogas, assistente social, fonoaudióloga e terapeuta ocupacional. A educação da pessoa com deficiência é um direito assegurado por lei, a Coordenadoria de Educação Especial trabalha para que o público-alvo da educação especial das escolas da rede municipal seja assistido no processo de aprendizagem de acordo com as suas necessidades cognitivas, contribuindo para a garantia de uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Coordenadoria De Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A Coordenadoria de Educação Especial – CEES protagoniza o processo de inclusão de crianças com deficiência na cidade de Castanhal, localizada no interior do Estado do Pará. Ao prestar o suporte necessário para o processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos escolares, a CEES cumpre com seu papel dentro da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Segundo o regimento escolar unificado da rede municipal de educação castanhalense (2021), seção II, art. 32:

¹ Graduanda do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará – UFPA, jadecosta.ped@gmail.com;

² Doutora em Educação pela Universidade de Brasília - UNB, dalfaia@ufpa.br.

A Coordenadoria de Educação Especial (CEES) tem como finalidade promover práticas político-educacionais acessíveis que contribuem para o processo de escolarização e efetivação da inclusão dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação no ensino regular e no serviço de atendimento educacional especializado, em todos os níveis, etapas e modalidades, por meio de ações específicas numa perspectiva colaborativa, envolvendo os profissionais da educação e os pais e/ou responsáveis (Semed-PMC, 2021, p.13)

Outrossim, consta registrado nesse documento a composição dessa coordenadoria, como segue: coordenador(a); auxiliar de coordenadoria; agente administrativo(a); pedagogo(a); psicopedagogo(a); professor(a) de educação especial; tradutor(a) e intérprete de LIBRAS; professor(a) bilíngue; professor(a) de braille; psicólogo(a); assistente social; fonoaudiólogo(a); terapeuta ocupacional. A CEES também recebe estagiários(as) referentes as áreas supracitadas, que podem observar e se integrar no processo de inclusão que ocorre nas escolas da rede municipal. Tal composição multidisciplinar atende a especificidade da educação especial como um espaço pluralista de profissionais e de sujeitos atendidos, pois como explica Stobäus (2003):

As últimas três décadas têm testemunhado as mudanças e progressos ocorridos no mundo em relação com a Educação Especial. Nela tem prevalecido a intenção de buscar métodos de ensino eficazes para a intervenção [...] Todos esses progressos e mudanças se têm encaminhado com o único propósito de estabelecer um tipo de escola capaz de adaptar-se, acolher e cultivar as diferenças como um elemento de valor positivo, e a abertura de um espaço pluralista e multicultural, no qual se mesclam as cores, os gêneros, as capacidades, permitindo assim o acesso aos serviços básicos e elementares de todos os seres humanos e a construção de uma escola, uma educação na qual todos, sem exclusão, encontrem uma resposta educativa de acordo a suas necessidades e características (Stobäus, Claus Dieter, 2003, p.9)

Pesquisar a educação especial é de extrema importância, pois essa modalidade de ensino se consolidou na sociedade com características específicas, que visavam à assistência educacional às pessoas que viviam historicamente uma realidade de segregação social (Barbosa, 2021, p. 4). Para Miranda (2019):

O que ocorre, no atual momento histórico, é que a sociedade, antes pautada por processos de segregação e exclusão amplamente difundidos, agora defende a inclusão e, para tanto, cria documentos, políticas e leis que assume um papel conceitual na sociedade, que visam a garantir direitos e igualdade de todos perante a lei. (Miranda, Fabiana Darc, 2019, p.12)

É importante mencionar que o caminho para uma educação totalmente acessível ainda é longo e cheio de desafios, a CEES trabalha para que as pessoas com deficiência presentes na rede municipal de ensino possam ter todo o suporte necessário para seu

desenvolvimento e aprendizado, além disso, promove formações para que toda a comunidade escolar possa fazer parte do processo de inclusão, além de acompanhar o processo de desenvolvimento dos(as) estudantes Público-Alvo da Educação Especial – PAEE, promover e participar de eventos voltados para o tema da educação especial, acolher os pais, e realizar palestras e atendimentos. Por todas essas ações, a CEES segue contribuindo para a inclusão de crianças com deficiência nas escolas da rede municipal de Castanhal-PA.

METODOLOGIA

Este artigo nasce de uma pesquisa realizada por meio do estágio não obrigatório do curso de Pedagogia. Ao presenciar o trabalho da CEES foi possível observar áreas da educação referente a ambientes escolares e não escolares. Além disso, para compreender de que forma a CEES atua na inclusão de crianças com deficiência na rede municipal de educação foi realizado um processo de vivência iniciado no ano de 2023, que permitiu compreender a importância da Coordenadoria analisada para que as escolas se tornem espaços acessíveis para todas as necessidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) a educação é um direito da pessoa com deficiência (PCD), assegurada a educação inclusiva em todos os níveis de aprendizagem. Nesses termos, um dos trabalhos que a Coordenadoria de Educação Especial – CEES realiza é direcionado para que as crianças com deficiência das escolas da rede municipal de Castanhal sejam assistidas no processo de aprendizagem de acordo com suas necessidades cognitivas, contribuindo para a garantia de uma educação inclusiva.

A educação especial tem um papel muito importante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, além de ser um direito garantido por lei, a inclusão escolar é fundamental para o desenvolvimento e a integração social de PCDs. Quando há inclusão surgem novas oportunidades de relacionamento e convivência, favorecendo o aprendizado e a formação de valores como respeito, solidariedade, diálogo e tolerância. Diante disso, se faz necessária a formação de profissionais da educação para que ocorra

o processo de inclusão das crianças com deficiência no ambiente escolar. Para Lima e Santos (2020, p 64):

Muitos profissionais têm buscado formação específica para atuarem junto aos estudantes que necessitam educação especial. No entanto, os profissionais que atuam no ensino comum apresentam, ainda, desconhecimento sobre as peculiaridades das deficiências, falta de reconhecimento das potencialidades destes estudantes e falta de flexibilidade quanto ao currículo para atender às necessidades de aprendizagem destes. Estes aspectos podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distantes das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão.

A CEES realiza diversas ações direcionadas aos sujeitos educacionais que atuam com a educação especial, tendo em vista a realidade atual, ainda que o profissional não tenha uma formação voltada para a modalidade educacional, a maioria, em algum momento, entra em contato com estudantes com deficiência, ou estudantes com transtornos que não são público-alvo da Educação Especial, porém ainda assim precisam de metodologias adaptadas e individualizadas, como por exemplo Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH ou Transtorno do Processamento Auditivo Central – TPAC em suas salas de aula. Assim, a formação continuada é de extrema importância para que esses profissionais possam trabalhar os conteúdos necessários, de uma forma que o(a) estudante consiga realizar as atividades e compreender o que lhe é apresentado.

Através do projeto Conexão Inclusiva, são realizadas formações voltadas para os professores de sala de aula comum e os professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Além disso, são abordados temas que estão presentes no dia a dia desses profissionais, a fim de tirar dúvidas e dar orientações. Alguns temas trabalhados no projeto foram: Formação Continuada de Profissionais da Educação Módulo I – Disfunções do Processamento Sensorial e Suas Implicações nas Atividades Escolares, Formação de Professores Módulo II – TDAH e TPAC, Formação de Multiplicadores Módulo III – Dislexia. Ademais, no ano de 2023, foi ofertado um curso de Libras direcionado a todos os profissionais da educação da rede municipal que apresentaram interesse. Outrossim, a CEES ainda realiza formações continuadas voltadas para os Profissionais de Apoio Escolar – PAE mediador e cuidador, professores bilíngues e professores de Libras.

Salienta-se a importância da formação continuada voltada para os(as) profissionais da educação, pois “Ao tratar de inclusão escolar do estudante com deficiência, deve-se

ter bem claro que é preciso falar de educação com qualidade, pois a inclusão requer professores preparados para atuar na diversidade” (Lima; Santos, 2020).

Para Maia e Freire (2020) a atuação docente no processo de inclusão é fundamental, pois é o professor que consegue, de forma mais efetiva, recolher informação sobre as características dos alunos, e com essas planejar e testar os procedimentos didáticos, bem como avaliar sua efetividade por meio da adaptação dos materiais e das aulas de acordo com as necessidades cognitivas de seus estudantes. Tal prática, vinda do(a) professor(a) de sala de aula comum, é de extrema importância. Todavia, ao encarar a realidade percebe-se a carência de formação docente, pois pouco componentes curriculares dos cursos de formação são direcionamentos à educação especial, e ao passar para a prática, nota-se uma dificuldade da parte dos(as) docentes de educação infantil e ensino fundamental anos iniciais e finais em reger turmas plurais, compostas por estudantes típicos e atípicos.

Como explica Mendes (2019, p.6) essas turmas plurais atendem a atual política de Educação Especial no Brasil e quebram a lógica das salas e instituições especiais que até então se organizavam como um modelo de sistemas ou vias paralelas de educação. Nas primeiras décadas do século XXI se passou a priorizar a escolarização em classe comum de PCDs, com apoio do denominado “atendimento educacional especializado” (AEE) ofertados em “sala de recurso multifuncional” (SRM). Tal sala de recursos se configura como um dos meios mais presentes no suporte de aprendizagem de crianças com deficiência na rede de educação municipal de Castanhal-PA.

A CEES também realiza encontros com as famílias dos(as) estudantes com deficiência, com a finalidade de acolher os pais e responsáveis, tirar dúvidas e proporcionar momentos de lazer, como o encontro com pais, mães e responsáveis de estudantes público-alvo da Educação Especial e a rede de garantia de direitos e a palestra “cuidando de quem cuida”.

No ano de 2023 a CEES organizou a I Feira de Educação Especial de Castanhal, e trouxe vários estandes ocupados pelas escolas municipais, que apresentaram materiais pedagógicos, produções artísticas produzidas por estudantes atípicos(as), recursos concretos e tecnológicos utilizados nas SRM, vendas de livros e materiais pedagógicos,

as experiências da equoterapia, dentre diversas exposições contando com apresentações teatrais, dança e canto feitas por estudantes e profissionais da educação.

Paralelo aos eventos e formações organizadas pela coordenadoria, a CEES realiza o suporte às pessoas com deficiência da rede municipal de Castanhal nos níveis de ensino da educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Com enfoque na educação infantil e ensino fundamental, a CEES realiza um processo avaliativo envolvendo a família, o(a) estudante e o corpo docente escolar. esse processo volta-se às crianças que apresentam laudo de deficiência ou de especificidades que a incluem no público-alvo da educação especial, como: Transtorno do Espectro Autista – TEA, Deficiência Auditiva, Surdez, Deficiência Intelectual, Deficiência Visual, Baixa Visão, Deficiência Múltipla, Deficiência Física, Síndrome De Down, Síndromes Raras, Altas Habilidades e Superdotação. As avaliações também são realizadas com estudantes que apresentam apenas a hipótese e/ou ainda estão em investigação e estudantes que ainda não estão em processo investigativo, mas que sugerem aos docentes a existência de deficiência ou neurodivergência.

A equipe da CEES atualmente é composta por: 1 coordenador de educação especial pedagogo e especialista em educação especial; 2 assistentes administrativos; 1 assistente social; 8 professores(as) de educação especial; 3 pedagogos(as); 2 psicólogas; 1 terapeuta ocupacional; 1 fonoaudióloga; 2 professores(as) de educação básica; 1 professora bilíngue; 3 estagiárias de pedagogia, totalizando uma equipe de 25 pessoas.

Após receber as solicitações de avaliação devidamente preenchidas pela escola com as informações do(a) estudante, incluindo informações comportamentais, sociais e cognitivas além do nome, idade, nível de ensino, turno, deficiência ou hipótese - se houver- nome do(a) professor(a) regente e auxiliar (se houver) e cartão SUS. A CEES realiza, semanalmente, o cronograma de atendimento com cada estudante e assessores técnicos que irão até a escola, e confirmam com a unidade de ensino e a família a data do atendimento.

O atendimento multiprofissional nas escolas municipais ocorre em salas silenciosas que estejam disponíveis, como a coordenadoria, sala de leitura ou na Sala de Recursos Multifuncionais – SRM. A priori, é preenchida uma ficha de anamnese juntamente com a família responsável pelo(a) estudante, para que seja possível conhecer mais a respeito

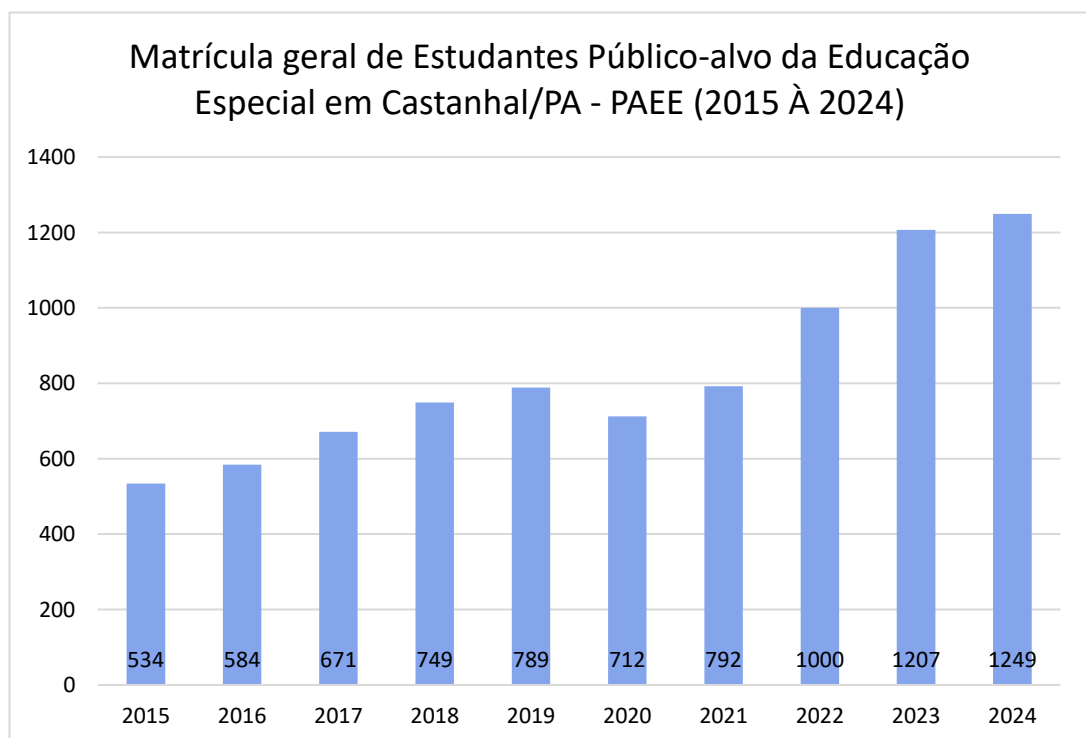
do seu desenvolvimento, histórico, contexto familiar, gostos pessoais do(a) estudante, laudo identificando a deficiência ou neurodivergência (se houver), hiperfocos (se houver) e seu processo de adaptação escolar. Nesse momento, também é realizada uma orientação com a família, que, algumas vezes, tem dificuldades em identificar quais caminhos tomar em relação à condição do(a) estudante. Também são feitos encaminhamentos para que a família busque profissionais da saúde (como Fonoaudiólogo, Psicólogo, Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional, dentre outros) caso necessário ou mediante à solicitação da família, a fim de contribuir com o desenvolvimento da criança.

Após o preenchimento da anamnese, a equipe realiza a observação do(a) estudante em contexto de sala de aula e faz a escuta dos professores que estão com a criança no dia a dia escolar. Em seguida, os assessores realizam uma avaliação pedagógica com a criança, por meio de um material ilustrado em uma pasta de recursos. Além disso, muitas vezes também são utilizados materiais concretos da própria unidade de ensino. Através desses materiais, são registradas as habilidades cognitivas e pedagógicas da criança de acordo com seu nível de ensino. Em sequência, baseando-se em todo o processo do atendimento, os(as) assessores(as) definem se existe a necessidade de lotar ou não um Profissional de Apoio Escolar - PAE Mediador, Cuidador Ou Professor Bilíngue, com o intuito de auxiliar a criança nos âmbitos pedagógicos e sociais no ambiente escolar, e, se for necessário (e ainda não houver), é solicitado que se faça a segunda matrícula do(a) estudante na SRM para que seja realizado o AEE no contraturno escolar. Caso não haja o atendimento na escola, o(a) estudante pode ser matriculado(a) na SRM da escola mais próxima. Nesse momento, Castanhal conta com 79 escolas municipais e 39 salas de recurso, sendo 32 na área urbana e 7 nas escolas do campo.

Também são repassadas orientações para a coordenação pedagógica, direção, professor(a) de sala comum e professor(a) do AEE (se houver), para que todos possam contribuir para um melhor desenvolvimento do(a) estudante. Alguns dias após o atendimento é entregue um relatório na escola com a descrição do atendimento e algumas orientações específicas direcionadas tanto para a família quanto para a unidade de ensino. Esse relatório permanece nos arquivos da coordenadoria e no registro escolar do estudante, possibilitando outras equipes escolares de lhe conhecer em caso de troca de unidade. Ademais, permite avaliar com mais clareza a evolução do(a) estudante mediante uma reavaliação, na qual a escola pode solicitar a qualquer momento.

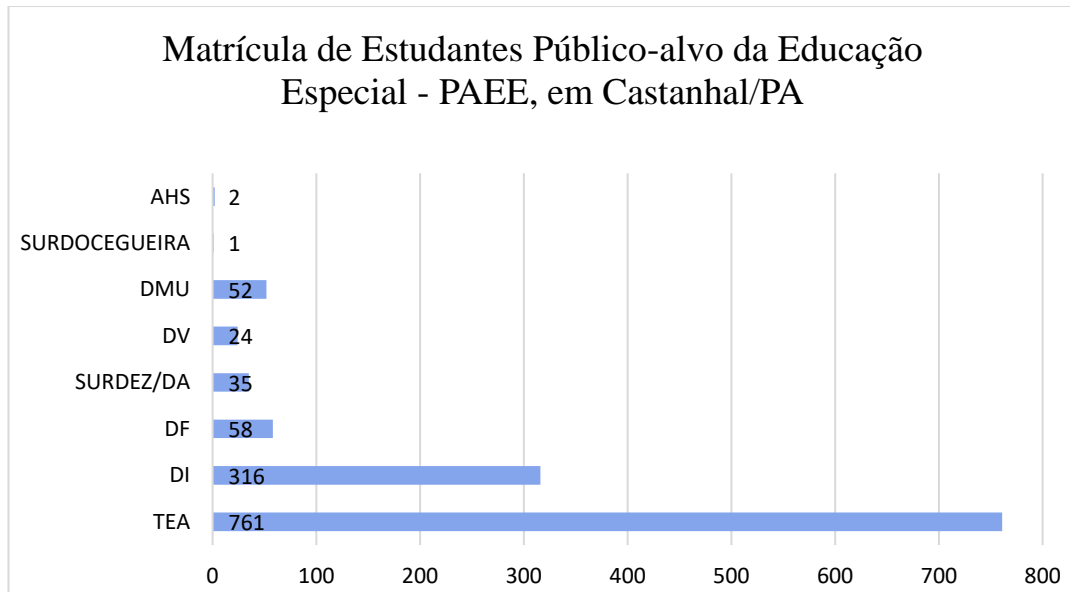
Segundo dados da Coordenadoria de Educação Especial – Ano Letivo 2024, estão lotados na rede municipal 393 PAE – Mediador, 63 PAE – Cuidador, 23 professores bilíngues, 3 professores de braille, 64 professores de educação especial lotados nas SRM e 8 professores de educação especial, totalizando 554 profissionais da educação especial. Em relação aos estudantes público-alvo da educação especial são atendidos 761 estudantes com TEA, 316 com transtorno intelectual, 58 com deficiência física, 35 com surdez/ deficiência auditiva, 24 com deficiência visual, 52 com deficiência múltipla, 1 com surdocegueira e 2 com altas habilidades e superdotação, totalizando 1.249 estudantes público-alvo da educação especial.

Vale salientar que, segundo dados da própria CEES, o público da educação especial cresceu consideravelmente desde 2015, além disso, ao observar a quantidade de demandas recebidas e o calendário de avaliações realizadas nos anos de 2023 e 2024, especula-se que a tendência é continuar crescendo.



*2024: Matrícula inicial.

Fonte: Coordenadoria de Educação Especial de Castanhal (2024)



Fonte: Coordenadoria de Educação Especial (2024)

Segundo o balanço de atividades realizadas no primeiro semestre do ano de 2024, foram realizados um total de 324 atendimentos nas escolas, 231 com o parecer positivo para a lotação dos(as) profissionais PAE - Mediador(a) ou Cuidador(a) e 93 com o parecer negativo e 150 visitas domiciliares.

Vale salientar que o(a) PAE – Mediador(a) é lotado(a) para auxiliar a turma em que o(a) estudante PAEE está matriculado e não apenas o(a) estudante. É claro, que apesar disso, ele(a) dará uma atenção maior ao estudante PAEE, auxiliando nas adaptações de atividades pedagógicas, intermediando as situações em que a criança apresente dificuldades e, se necessário, também pode assumir o papel de cuidador(a). O(a) Mediador(a) tem a função de escrever relatórios diários a respeito das atividades que foram realizadas pela criança (adaptada ou não) e um relatório semestral a respeito do desenvolvimento do(a) estudante que ficará em seu registro escolar.

Já o profissional denominado PAE – Cuidador(a) é lotado(a) quando o(a) estudante apresenta uma dependência na realização de Atividades de Vida Diárias – AVD's, como higiene, alimentação e/ou locomoção, contudo, para além do auxílio, o(a) Cuidador(a) também realiza processos de estimulação para a independência do aluno PAEE nessas atividades, observando-se as reais possibilidades de autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial não é uma educação que foge do currículo ou menos eficaz, mas sim uma educação adaptada, por isso a importância de conhecer a necessidade dos estudantes. Dito isso, a formação dos professores é fundamental para esse processo de inclusão, pois para Magalhães (2021, p.6) “no paradigma inclusivo, não é o aluno que deve mudar de escola, mas a escola é que deve adequar-se para acolher todos os educandos, sem distinção”. Nesse contexto, cabe a escola, promover respostas às diferenças individuais dos alunos por meio da observação, adaptações curriculares necessárias e a eliminação de barreiras à acessibilidade: arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais.

Partindo dessas necessidades de formação docente, acessibilidade e adaptações razoáveis para o processo de inclusão com qualidade de PCDs, pode-se concluir que a CEES/SEMED/Castanhal se constitui em um importante espaço institucional e político, com influência positiva no sistema de ensino e na sociedade castanhalense, no que tange à educação especial.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021.

FRANCO, Renata Maria da Silva; GOMES, Claudia. Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. *Revista Psicopedagogia*, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. **Docent Discunt**, v. 1, n. 1, p. 63-70, 2020.

MAGALHÃES, Terezinha Camargo et al. Educação inclusiva: autoconceito profissional de professores. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. e248101118719-e248101118719, 2021.



MAIA, Vítor Ochoa; FREIRE, Sofia. A diferenciação pedagógica no contexto da educação inclusiva. **Revista Exitus**, v. 10, 2020.

MENDES, Encéia Gonçalves. A política de educação inclusiva eo futuro das instituições especializadas no Brasil. **Education Policy Analysis Archives**, v. 27, p. 22-22, 2019

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, v. 2, n. 3, p. 11-23, 2019.

PIMENTEL, Ilma Ferreira. Coordenadoria de educação especial-CEES e o atendimento multiprofissional em Castanhal-PA. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Campina Grande**. 2016. p. 1-6.

SEMED. Prefeitura Municipal de Castanhal-Pa. Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Educação de Castanhal. 2021

STOBÄUS, Claus Dieter. **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Edipucrs, 2003.